

MOVIMENTOS SOCIAIS NA REDE: NAVEGAR É PRECISO?¹ Zoraia Nunes Dutra Ferreira²

Resumo

O presente artigo tem como objetivo principal compreender como se dar a construção da comunicação popular utilizando a Internet, por movimentos sociais de bairro, que possuem pouca estrutura, não tem a participação de comunicadores profissionais e se inserem em um contexto de exclusão digital. Nosso objeto de estudo é o site do bairro Ellery e nos ancoramos teoricamente em Chartier (1994), Burke (2003), Sorj (2003) e Peruzzo (1998). Optamos pela pesquisa qualitativa que privilegia o uso da observação participante, entrevista antropológica e análise temática do site.

Palavras-chave: Comunicação Popular. Movimentos Sociais Populares. Internet. Apropriação. Exclusão Digital.

Introdução

Os movimentos sociais populares, durante seu processo de constituição, perceberam a importância da comunicação como ferramenta de mobilização, de pressão ao poder público e de visibilidade. Passaram, então, a agregar "às suas históricas lutas pela conquista de direitos sociais e políticos a busca do acesso aos meios de comunicação como direito de exercer liberdade de expressão tanto em nível individual como coletivo" (PERUZZO, 2004, p. 7).

Principalmente nas décadas de 1980 e 1990 proliferaram no Brasil e demais países da América Latina, experiências de jornais populares, sistemas de alto-falantes, rádios e TV's comunitárias. Entretanto, as dificuldades na construção dessa comunicação, que contesta o *status quo*, não são poucas. Vai da questão financeira à dificuldade de concessões públicas, passando pelo desafio da apropriação das técnicas. A Internet permitiu novo impulso para a comunicação popular, mas o "oceano digital" também tem

¹ Texto original, como recebido pela coordenação do Interprogramas.

² Mestranda do Programa em Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM-UFC). Email: zoraia.bk@gmail.com



intempéries. No presente artigo, nos propomos a discutir as singularidades que perpassam o processo da construção da comunicação popular na Rede, entendendo que as tecnologias digitais apresentam possibilidades, mas também vicissitudes e que a aldeia, pelo menos ainda, não é global.

Nosso foco se volta para os movimentos sociais de bairro, que apesar da pouca estrutura organizacional e financeira e de seus militantes estarem inseridos em um contexto de dupla exclusão – social e digital – estão navegando no ciberespaço. Nosso intuito é compreender como se dar esse navegar.

Abordaremos a histórica relação entre movimentos sociais e comunicação popular e a construção dessa comunicação através do uso de diferentes suportes como Rádio, Jornal e TV. Esse relato histórico nos ajudará a perceber o que mudou em relação à comunicação que tem como suporte as mídias digitais.

Temos como objeto de estudo o site do bairro Ellery (www.bairroellery.com.br), bairro popular localizado na região Oeste da cidade de Fortaleza. Optamos metodologicamente pela realização de pesquisa qualitativa que privilegia a observação participante e entrevistas. Empreenderemos, ainda, uma análise temática do site.

1. Movimentos Sociais e Comunicação: entre conquistas e desafios

Os mecanismos de comunicação gestados no interior dos movimentos sociais populares no Brasil tiveram seu surgimento atrelado à emergência desses movimentos na segunda metade da década de 1970 e constituíram-se com mais desenvoltura na fase de declínio do regime militar autoritário. Embora nascidas no interior das organizações sindicais, essas experiências acabam, de acordo com Oliveira (1994), multiplicando-se, também, no dia-a-dia do movimento de bairro. "Há uma descoberta por parte desses grupos das possibilidades de fazer comunicação, de aprender a se comunicar, de manipular equipamentos e de participação, não sendo essa uma tarefa apenas das lideranças comunitárias" (OLIVEIRA, 1994, p. 36-37).

Essa realidade foi vivenciada no bairro Ellery, nosso lócus de pesquisa, através da criação, desde a década de 1980, de diversas experiências comunicativas como jornal



comunitário, sistema de radiadoras, rádio comunitária FM e mais recentemente, em 2006, o bairro fez o seu *debut* no ciberespaço através de um *website*.

A comunicação popular apresenta características próprias. Propõe-se a representar "as vozes dissonantes e sem vez na estrutura de poder político e econômico", pautando-se em novas leituras da realidade e manifestando-se "a favor da transformação das estruturas que desrespeitam o interesse social" (PERUZZO, 2007, p.14). Outra forte característica da comunicação popular diz respeito aos conteúdos. Estes se voltam, prioritariamente, para questões locais. Assim, o cotidiano, que pouco interessa à mídia massiva, se torna notícia. Questionamos se esse localismo permanece quando se tem como suporte o ambiente digital; sinônimo de desterritorialização.

Essas características, entre outras, vão sendo explicitadas através da produção de mídias populares e uma das primeiras foi o jornal popular. Vítimas da repressão do regime militar, estes ressurgem no final da década de 1970 sendo produzidos por organizações institucionalizadas, mas também por trabalhadores reunidos em seus bairros. O "Garra Comunitária", que circulou no bairro Ellery de 1986 a 1989, é um exemplo disso.

A falta de recursos financeiros é uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos movimentos e coletivos na produção de jornais populares. Dinheiro não é, todavia, o único recurso escasso. O processo de escrita apresenta-se como um grande desafio para as classes populares e movimentos sociais que sempre vivenciaram, predominantemente, a oralidade. Canclini (2006, p. 38) inclusive define os movimentos como "(...) uma cultura popular que constitui uma esfera pública plebéia, informal, organizada por meio de comunicação oral e visual mais do que escrita." Devido a isso, a participação direta na produção dessa mídia popular fica prejudicada.

A apropriação da escrita é um desafio presente no contexto da América Latina. Gomes (1990, p. 183), inclusive questiona: "Será que a cultura escrita já penetrou a consciência de nosso povo, ainda marcado pela cultura oral?", sendo que é preciso sempre levar em conta que "as taxas d alfabetização não fornecem (...) uma justa medida da familiaridade com o escrito" (CHARTIER, 1994, p. 24).

Há, de acordo com Martín-Barbero e German Rey (1999, p. 29-30), um "mal estar cultural" fruto da existência de anacronismos na modernidade. De uma "não



contemporaneidade do simultâneo" que significa que nem todos os países, nem todas as culturas, seguem o mesmo ritmo no processo de apropriação da modernidade. A imposição da prevalência do texto escrito se choca com a cultura oral entranhada no continente Latino Americano. Assim, as ricas singularidades e especificidades de cada lugar e/ou região são, muitas vezes, ignoradas.

A prevalência da oralidade, por outro lado, facilitou a construção da comunicação popular em outro suporte: o Rádio. Para Cogo (1998), esse é, por excelência, o veículo para o trabalho com grupos proletarizados, pois "além de ser barato, a não exigência de letramento para a decodificação de suas mensagens o torna um veículo popular (COGO, 1998, p. 55). Ao contrário do jornal, o Rádio faz parte do cotidiano das classes populares. Apropriando-nos da discussão teórica de Burke (2003), podemos dizer que já se estabeleceu uma acomodação no sentido de inserção, adaptação. Há uma convivência ordinária com esse suporte. Não há estranhamento, logo, não há distanciamento, o que em muito facilita o processo de apropriação e de participação na construção da comunicação. Poderíamos considerar a acomodação como um primeiro estágio de apropriação.

Se a tecnologia radiofônica era mais acessível, o mesmo não se podia dizer do audiovisual, que com a entrada do Brasil na era da eletrônica, passou a fazer parte da comunicação dos movimentos. Apesar das dificuldades, os movimentos, pródigos de improvisações e criatividade, foram construindo suas formas de se ver e fazer ver suas realidades na "telinha", através da produção de vídeos populares e de experiências de TV's de rua, comunitárias e de baixa potência (VHF).

No final da década de 1990, os movimentos sociais populares passaram a fazer uso da Internet para continuar a exercer o direito à comunicação. No item que se segue discutiremos a presença dos movimentos no ciberespaço, entendendo que nesse novo suporte traz benesses e vicissitudes.

2. Os Movimentos Sociais nas Ondas do "Oceano Digital"

As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) e mais fortemente a Internet, trouxeram novo impulso para a comunicação popular. Os movimentos



aproveitaram o barateamento de custos, o alcance e rapidez de difusão de conteúdos, a interatividade, perenidade e, principalmente, a não submissão "às hierarquias de juízos e aos filtros ideológicos da mídia convencional" (MORAES, 2009, p. 2010), para criar sites, fóruns de discussão, manifestos *on line*, campanhas virtuais, *blogs*, centrais de denúncias de violação de direitos humanos entre outras formas de atuação e comunicação.

Lemos (2007, p. 2) considera que a "liberação do pólo de emissão" traz a possibilidade de "qualquer indivíduo poder produzir e publicar informação em tempo real, sob diversos formatos e modulações, adicionar e colaborar em rede com outros". Entretanto, na prática - principalmente quando se observa a realidade das periferias e bairros populares - o acesso generalizado e a comunicação "de todos-para-todos" (LÉVY, 1999, p. 113), ainda está longe de se concretizar.

A capacidade de produção na Internet está condicionada às competências técnicas, cognitivas e culturais. Para que possam se dedicar à construção da comunicação popular na Rede e atuar no ciberespaço, os movimentos sociais precisam se apropriar da linguagem informacional. Na maioria das vezes, entretanto, isso é dificultado por que "não há uma preparação anterior que introduza o participante nesse processo de comunicação em rede via Internet" (LACERDA, 2002, p. 96).

Para Thompson (1995, p. 49), apropriação é "um processo de 'tornar próprio' algo que é novo, alheio, estranho". "Apropriar é incorporar à vida" (THOMPSON, 1998, p. 45). A colocação do autor pode ser pensada como uma via de mão dupla, pois se por um lado, apropriar significa incorporar à vida, por outro, se algo está incorporado à vida, mais facilmente é apropriado; como foi, por exemplo, o caso da tecnologia radiofônica.

A apropriação da Internet é extremamente dificultada pela realidade de exclusão digital. Lévy (1999, p. 237), entende que "cada novo sistema de comunicação fabrica seus excluídos". Concordamos com o autor, porém entendemos que a questão deve ser problematizada. Na tentativa de alterar esse quadro, foram criados vários programas de inclusão digital, tanto na esfera pública, quanto no terceiro setor e empresas privadas. De acordo com Sorj (2003), os programas públicos preocupam-se apenas com a criação de infra-estrutura física de transmissão e em disponibilizar equipamentos e esquecem-se da



capacitação intelectual e educacional do usuário, que deve ir além do simples uso das ferramentas. Tal postura dificulta o que Sorj (2003) denomina de "apropriação ativa".

É preciso observar a exclusão digital em sua complexidade. Guedes e Sorj (2005) alertam, por exemplo, para o fato de haver uma tendência decrescente do uso da informática à medida que a faixa etária aumenta. Esse fator se relaciona diretamente como nossa pesquisa, pois a quase todos os atores sociais que participam da experiência de comunicação comunitária na Rede, no Ellery, é de adultos. Também as mulheres, "pelo tipo de trabalho que realizam - em geral empregadas domésticas ou em serviços de limpeza - são as mais prejudicadas e apresentam um nível de exclusão digital muito mais elevado que os homens nas camadas pobres da população". (GUEDES; SORJ, 2005, p. 9).

Munidos desse referencial teórico, lançaremos agora um olhar sobre a experiência de comunicação popular na Rede gestada no bairro Ellery, com intuito de compreender que contornos vão sendo tecidos e as táticas criadas para, apesar das intempéries, seguir navegando no "oceano digital".

3. Construção da Comunicação Popular em Rede: um olhar para o site do bairro Ellery

Antes de iniciarmos as discussões a respeito de nosso objeto de estudo, gostaríamos de explicitar os percursos metodológicos que trilhamos na pesquisa de campo. Privilegiamos a observação participante por entendermos que para compreender a comunicação popular não podemos nos fixar apenas na análise da mídia, mas levar em consideração o contexto no qual esta está inserida. O concreto e o virtual não se apresentam como instâncias separadas, mas em constante articulação.

A observação participante nos permitiu estabelecer um contato mais próximo com os diretores/as da Associação Comunitária dos Bairros Ellery e Monte Castelo (ACEM); instituição que desde a sua criação, em 1986, desenvolve experiências no campo da comunicação popular. Com esses militantes sociais também realizamos entrevistas. Optamos pela entrevista antropológica pelo fato desta levar em conta os contextos e privilegiar a perspectiva do ator, procurando não impor os pressupostos do investigador.



Vale salientar que, ao longo de 25 anos, os membros da diretoria praticamente não mudaram. Houve pouca renovação entre as lideranças. Estas, no máximo, mudaram de função dentro da gestão da instituição.

O Ellery é um bairro popular localizado na região Oeste de Fortaleza, uma das mais adensadas da cidade, com altos índices de violência, populações de baixa renda e pouquíssimos espaços de lazer. As lutas por direitos de cidadania perpassam os 54 anos de existência do bairro e junto com elas surgiram diversas experiências de comunicação popular. A mais recente é o site, que começou a ser produzido no ano de 2006, três anos após o arbitrário fechamento, pela ANATEL, da rádio comunitária do bairro.

O site procura dar visibilidade ao lugar, valorizando os aspectos positivos de sua história e cotidiano e aspectos da vida dos moradores. Essa visibilidade é conferida de forma textual e também imagética. Constatamos que o foco no local, característica marcante da comunicação popular, continua presente mesmo no ambiente essencialmente desterritorializado do ciberespaço. O que ocorre segundo Lemos (2007), é que novas territorializações vão sendo criadas; o que é possível perceber a partir do próprio nome do site. A pertença a um território físico passa a existir também no virtual, agora como um "território informacional" (LEMOS, 2007, p. 6).

Uma das grandes vantagens das mídias digitais é o barateamento dos custos. Enquanto a rádio comunitária demandava cerca de R\$ 1.500,00 mensais para permanecer no ar, o custo do site é de R\$ 42,00. Entretanto para as classes populares, fazer parte do mundo digital ainda é um desafio. Como disse Beethoven Rodrigues (entrevista, 2011), "a Internet é um grande lance, mas é caro. Você pagar R\$ 70,00 por mês é um absurdo! O governo devia dar a conexão de graça, ai a gente se virava pra comprar os equipamentos". As instituições também encontram dificuldades para adquirir e manter equipamentos. O único computador da ACEM ficou aproximadamente 5 meses com defeito e não tem acesso à Internet.

A carência de recursos financeiros é um dos fatores que faz com que a Internet não esteja presente no cotidiano das classes populares. Diferentemente do Rádio, essa tecnologia não se encontra acomodada à vida da periferia, o que dificulta o processo de apropriação e, logicamente, de participação na produção da comunicação popular. Boa



parte dos diretores/as da Associação Comunitária nunca acessou a Internet. Em conversa informal com Maria do Carmo, perguntamos se ela tinha e-mail. Brincando com a sonoridade da palavra em inglês, ela respondeu: "minha filha, eu quero é um todo! Negócio de 'imeio'. Eu não tenho isso não".

Outro fator que dificulta a apropriação é o fato desses atores sociais não terem tido contato com a tecnologia durante a vida escolar. A Escola contribui para o desenvolvimento da capacidade cognitiva, tão necessária para navegar com destreza no "oceano digital". Muitas vezes é no ambiente escolar que se aprende o léxico próprio do universo digital, o que já se constitui em uma forma de apropriação.

O tempo, tão necessário à "apropriação ativa" (SORJ, 2003) da Internet e para o desenvolvimento da cognição é um recurso cada vez mais escasso para os militantes. Vilaci Torres reclama: "a gente só aprende se mexer, né? Mas cadê o tempo?" (Vilaci Torres, entrevista 2011). Nas décadas de 1980 e 1990 era comum ter militantes quase que totalmente dedicados às lutas sociais, mas o cenário mudou. Na ACEM, a exceção de Marcos Gomes, que é aposentado, todos os outros diretores/as trabalham, às vezes em mais de um lugar e tem, ainda, a família para se dedicar.

Se pouco tempo resta para as lutas mais emergenciais como habitação e saúde, que dirá para a comunicação. Esta fica em segundo plano. Não é discutida nas reuniões e nem no dia a dia da Associação. Torna-se sinônimo apenas de divulgação ou informação do que acontece no bairro, tornando frágil a experiência de comunicação popular.

Percebemos que um desafio comum para todos os sujeitos pesquisados é a produção textual. Essa, que era uma dificuldade na produção dos jornais populares, continua na Internet e soma-se a todas as outras supracitadas. Vencê-la requer investimento em um processo de formação continuada e em projetos de inclusão que objetivem mais do que a aprendizagem do uso de ferramentas. Precisaria haver, ainda, mudanças sociais profundas, pois como disse Chartier (1994), a apropriação não é uma liberdade da pessoa. É, antes de tudo, uma prática situada e por isso não é possível refletir sobre ela sem levar em conta contextos sócio-históricos específicos (THOMPSON, 1995).

Todas essas questões tornam frágil a participação no processo de produção do site. A produção de notícias é realizada, quase que totalmente, por Aguinaldo Aguiar, militante



social, principal articulador e administrador do site, porém, não sem muito esforço. "Pra escrever uma besteirinha eu demoro um tempão. Se tu souber como é difícil pra fazer uma matéria dessas. Se fosse falar era fácil, mas de escrever todo mundo tem pânico" (Aguinaldo Aguiar, entrevista, 2010). A fala de Aguinaldo explicita mais uma vez as dificuldades na produção do texto, mesmo para aqueles que, como ele, tem maior dedicação.

O militante é um exemplo de que, em um contexto tão adverso, a apropriação das tecnologias digitais precisa contar com um grande esforço pessoal. O próprio conceito de apropriação, de acordo com Burke (2003, p. 55), "dar maior ênfase ao agente humano e à criatividade". O interesse fez com que Aguinaldo traduzisse o manual do XOOPS - software livre usado para fazer o site – usando o Google Tradutor. Passou também a participar da comunidade desse software onde programadores discutem melhorias para a ferramenta. Nesse espaço, Aguinaldo vai tirando dúvidas e pedindo ajuda dos especialistas da área para manter o site em funcionamento.

Embora a grande maioria das notícias referentes ao bairro seja escrita por uma única pessoa – possibilidade trazida pelas mídias digitais que era impensável em outros suportes como o Rádio - entendemos que de certa forma há um exercício coletivo na produção, por que várias são as fontes que alimentam Aguinaldo. Em alguns momentos ele nos parece um escriba. A vivência orgânica no bairro e o gosto pela comunicação o permite transformar conversas de bar, opinião dos companheiros/as da Associação e conversas por email em matérias. Algumas vezes aproveita uma conversa descontraída e diz: "escreve umas linhas sobre isso que você tá dizendo pra gente colocar no site" e logo pega um pedaço de papel no bolso pra não perder a oportunidade.

Essas táticas vão forjando um jeito fluido de participar, que por não ser sistemático fragiliza a experiência de comunicação, mas não deixa de ser válida, afinal, de acordo com Toro e Werneck (2007), a participação não é algo dado e nem pronto, é uma aprendizagem. Todavia, não se aprende em sala de aula, mas sim "na chamada *práxis*, que é um processo que mistura a *prática*, a *técnica*, a *invenção* e a *teoria*, colocando-as a serviço da luta pelos objetivos do povo" (BORDENAVE, 1983, p. 73, grifos do autor).



Esse é o panorama cercado de desafios no qual está inserida a experiência de comunicação na Rede. Que os movimentos sociais estão aproveitando as possibilidades do ambiente digital para exercitar o direito de comunicar e produzir seus próprios conteúdos, isso é fato, porém, acreditamos que esta é apenas a ponta do iceberg. Se não nos dedicarmos a um olhar "de perto e de dentro" (MAGNANI, 2003), desconheceremos esses e outros percalços e pouco poderemos fazer para contribuir no sentido de mudar esse cenário.

Considerações Finais

Percebemos que as tecnologias digitais e principalmente a internet realmente abrem um leque de oportunidades para que os movimentos sociais populares possam construir discursos contra-hegemônicos e divulgá-los para além de seus próprios espaços de atuação, no entanto, olhando mais de perto, há graves intempéries que tornam impreciso o navegar no "oceano digital".

O desafio da apropriação - que também esteve presente no uso de outras tecnologias como o Rádio, o Jornal e TV - se exacerba na Internet, principalmente no âmbito das classes populares. Dificuldades econômicas; o não desenvolvimento de um processo educacional, cultural e cognitivo; a escassez de tempo para se dedicar ao aprendizado; as dificuldades históricas em relação à escrita e o não investimento em programas de inclusão que tenham atenção a uma formação mais densa e continuada, são alguns dos fatores que dificultam a apropriação e, com isso, a participação na produção da comunicação popular.

Chegamos à ideia de que seria necessário um processo anterior de acomodação, ou seja, de tornar a Internet parte da vida ordinária dos moradores de periferia e bairros populares, para que depois pudesse ser possível uma "apropriação ativa" (SORJ, 2003). Consideramos que o Estado e as universidades públicas têm papel importante nesse processo.

De nada adianta a ode aos avanços tecnológicos se o contexto social e econômico das classes populares pouco avança. A comunicação popular na Rede passa a ter que contar



com um processo de apropriação baseado em esforços individuais ou de poucos; o que é favorecido pelas características do próprio suporte.

Os contornos que a comunicação popular vai assumindo na Rede vão, assim, sendo tecidos a partir das características do suporte, mas muito também a partir do que do contexto de desafios do concreto.

Referências Bibliográficas

BORDENAVE, Juan E. Diaz. O Que é Participação. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CHARTIER, Roger. A Ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. 2.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

COGO, Denise. No ar... Uma Rádio Comunitária. São Paulo: Paulinas, 1998.

GOMES, Pedro Gilberto. O Jornalismo Alternativo no Projeto Popular. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.

LACERDA, Juciano de Sousa. A Internet na Gestão dos Movimentos Sociais: Estudo de Caso das Estratégias Discursivas da Rede Brasileira de Comunicadores Solidários à Criança. In: PERUZZO, Cicília M.K.; COGO, Denise; KÁPLUN, Gabriel (orgs.). Comunicação e Movimentos Populares: Quais Redes? São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2002.

LEMOS, André. **Cibercultura como Território Recombinant**e. 2007. Disponível em: http://abciber.org/publicacoes/livro1/textos/cibercultura-como-territorio-recombinante1/ Acesso em: 11/02/2011.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. A Festa no Pedaço. São Paulo: Hucitec/UNESP, 2003.

MARTÍN-BARBERO, Jesús; REY, Germán. Exercícios do Ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva. Editora SENAC. São Paulo, 1999.

MORAES, Dênis. **O Capital da Mídia na Lógica da Globalização.** In: MORAES, Denis de. (org.). Por Uma Outra Comunicação: Mídia, Mundialização Cultural e Poder. Rio de Janeiro: Record, 2009.

OLIVEIRA, Catarina Tereza Farias de. **O Direito à Palavra: Comunicação, Cultura e Mediações Políticas. A Experiência das Rádios Comunitárias.** Universidade Federal do Ceará, 1994. Dissertação. Mimeo.

PERUZZO, Cicília M.K. **Relações Públicas no Modo de Produção Capitalista**. 4 ed. São Paulo: Summus Editorial, 2004.

	Relações Públicas no Modo de Produção Capitalista. 4 ed. São Paulo: Summus Editorial, 2004.									
 Janeiro	. Televisão : Mauad. 200		Dimensão	Pública	e Participação	Cidadã i	na Mídia	Local.	Rio	de



THOMPSON, John B. Ideologia e Cultura Moderna: Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

_____. A Mídia e a Modernidade: Uma Teoria Social da Mídia. Petrópolis, Riode Janeiro: Vozes, 1998.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. Mobilização Social: um modelo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.